CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

OS DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Mônica Moura da Costa e Silva
Analista Legislativo Municipal
Área de Qualificação: Comissões / Sub-Área: Saúde Pública

ESTUDO TÉCNICO
DEZEMBRO, 2013

ESTUDO TÉCNICO: Os dez passos para uma alimentação saudável.

Objetivo do documento: O estudo solicitado visa subsidiar do ponto de vista teórico-conceituale com base em legislação específica, a votação do Projeto de Lei nº241/2013 de autoria do Vereador Marcell Moraes, pelos membros da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar, Previdência e Seguridade Social. Entretanto, não cabe neste estudo qualquer análise relacionada ao mérito ou constitucionalidade da proposição em questão. Cumpre-nos apenas sistematizaros principais achados técnico-científicos e a legislação relacionada ao tema em questão.

1) A RESPONSABILIDADE DO SUS NA PROMOÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

As contradições relacionadas ao perfil nutricional com a presença simultânea da desnutrição e doenças carenciais e dos excessos alimentares, como também, o perfil epidemiológico caracterizado pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e a continuidade das doenças infecciosas demonstram a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que propõem a melhoria dessa situação (BATISTA FILHO *et al*., 2008). Neste contexto, a garantia da saúde implica assegurar o acesso universal e igualitário dos cidadãos aos serviços de saúde, como também à formulação de políticas sociais e econômicas que operem na redução dos riscos de adoecer.

A elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis, a criação de ambientes favoráveis à saúde, o reforço da ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação do sistema de saúde são os cinco principais campos de ações propostos na Carta de Ottawa. (BUSS, 1999) que definiu a Promoção da Saúde como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”.

De forma geral, nos processos de desenvolvimento de políticas e estratégias de intervenção em saúde, os modos de viver a vida têm sido abordados numa perspectiva individualizante e fragmentária, e colocam os sujeitos e as comunidades como os responsáveis únicos pelas várias mudanças/arranjos ocorridos no processo saúde-adoecimento ao longo da vida. Contudo, na

perspectiva ampliada de saúde, como definida no âmbito do movimento da Reforma Sanitária brasileira, do SUS e das Cartas de Promoção da Saúde, os modos de viver não se referem apenas ao exercício da vontade e/ou liberdade individual e comunitária. Ao contrário, os modos como sujeitos e coletividades elegem determinadas opções de viver como desejáveis, organizam suas escolhas e criam novas possibilidades para satisfazer suas necessidades, desejos e interesses pertencentes à ordem coletiva, uma vez que seu processo de construção se dá no contexto da própria vida.

Assim, promover uma alimentação saudável (PAS), aliada à atividade física, constitui-se numa das estratégias de saúde pública de vital importância para o enfrentamento destes problemas. Esta proposta (PAS) consiste em desenvolver mecanismos, a partir de uma abordagem multisetorial, que apóiem os indivíduos adotarem modos de vida saudáveis, revendo hábitos alimentares pouco saudáveis. Isso implica num arcabouço de ações intersetoriais que faça dialogar as diversas áreas do setor sanitário e outros setores de governo (agricultura, abastecimento, educação, trabalho, desenvolvimento social e desenvolvimento agrário), os setores privado e não governamental, compondo redes de compromisso com a qualidade de vida da população.

A PAS como um eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Brasil, 2006) ratifica o compromisso do Ministério da Saúde na ampliação e qualificação das ações de promoção da saúde nos três níveis de complexidade, desafiando a proposição de uma ação transversal, integrada e intersetorial, que faça dialogar as diversas áreas do setor sanitário e outros setores de governo, os setores privado e não governamental, compondo redes de compromisso com a qualidade de vida da população, incluindo como eixo estratégico a promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2006).

Vale destacar que o Ministério da Saúde (MS) vem pautando suas ações de PAS com base na Política de Alimentação e Nutrição – PNAN, criada em 1999, e como um eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a qual veio confirmar o compromisso do Estado na ampliação e

qualificação das ações de promoção da saúde nos três níveis de complexidade do sistema de saúde.

Dentre as ações propostas, destacam-se as medidas de incentivo, que sensibilizam, informam e instrumentalizam os indivíduos a adotarem práticas mais saudáveis são ações que variam no desenvolvimento de campanhas temáticas, focadas no contexto de estilos de vida saudáveis, distribuição de materiais para profissionais e população, e também na educação alimentar e nutricional – EAN (escola, serviço de saúde, ambiente de trabalho e comunidades). A efetividade destas ações está vinculada ao resgate da dimensão da educação em saúde, associado à idéia de *empowerment*, ou seja, ao processo de capacitação (aquisição de conhecimentos) e de poder político por parte dos indivíduos e da comunidade (Buss, 1999).

Assim, aliada à promoção de estilos de vida saudáveis, a promoção de práticas alimentares saudáveis se constitui numa estratégia fundamental para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais da atualidade (BRASIL, 2006).

2) OS DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Tradicionalmente o conceito de alimentação saudável foi desenhado com enfoque especifico na dimensão biológica, contudo entende-se que este enfoque é um dos componentes que integram este complexo conceito que, não se restringe, e envolve uma complexidade de outras dimensões como sociais, econômicas, afetivas, comportamentais, antropológicas e ambientais (PINHEIRO, 2005).

De acordo com Araújo *et al* (2005) o ato de comer revela aspectos sociais importantes. “Come-se conforme as normas da sociedade. Hábitos interiorizam costumes. Todos preferem sabores que suas mães lhe fizeram apreciar”. Nesta perspectiva a “mesa” simboliza o centro das relações sendo o “palco” da organização, critica familiar, alegrias, dissabores e novidades.

Assim, em síntese, uma alimentação saudável deve ser entendida enquanto um direito humano que compreende um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos de acordo com as fases do curso da vida. Além disso, deve ser baseada em práticas alimentares assumindo os significados sócio-culturais dos alimentos como fundamento básico conceitual (PINHEIRO, 2005).

Sob o ponto de vista coletivo, uma alimentação saudável torna-se adequada quando também compreende aspectos relativos a percepção dos sujeitos sobre os modos de vida adequados, ou seja, quando se identifica com as expectativas dos diferentes grupos sociais, que compõe a sociedade. Para isso as dimensões de variedade, quantidade, qualidade e harmonia precisam associar-se aos padrões culturais, regionais, antropológicos e sociais das populações. No enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional, uma alimentação é saudável e adequada quando trazemos para a abordagem da saúde outros fatores envolvidos em sua gênese (PINHEIRO, 2005).

Atualmente, na rede de atenção à saúde, as ações de alimentação e nutrição têm sido contempladas no período pós-Constituinte, a partir da publicação da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei 8.080/90)9, em 1990, quando a vigilância nutricional e a orientação alimentar foram incluídas no campo de atuação desse órgão. Vale dizer que o entendimento de que a "saúde é um produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo da vida, ambiente físico limpo, apoio social para as famílias e indivíduos, estilos de vida responsáveis e um espectro adequado de cuidados de saúde" tem pautado a implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) incentiva a promoção da alimentação saudável como um dos pilares preventivos para o enfrentamento dos distúrbios nutricionais da atualidade: fome, desnutrição, carências nutricionais e obesidade; e para as DCNT (diabetes, câncer, hipertensão, doenças

cardiovasculares e respiratórias), tendo em vista que a inadequação da dieta pode contribuir com esses distúrbios.

Por ser necessária a realização de investimentos em políticas públicas relacionadas à promoção da alimentação saudável, o Brasil estabeleceu políticas públicas como a PNAN, a PNPS e a PNSAN que trazem o tema da promoção da alimentação saudável como ações estratégicas. Deste modo, observam-se interfaces entres essas políticas quanto à temática da alimentação saudável, além da articulação intra e intersetorial por meio do reforço das diretrizes da PNAN e da EG (BRASIL, 2005; BRASIL, 2010; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003).

Com isso, as políticas públicas voltadas à promoção da alimentação saudável cumprem o papel de disseminar a cultura da alimentação saudável e a CGAN tem a função de coordenar as diversas ações estratégicas sobre essa temática, como a elaboração, publicação, divulgação e avaliação do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) em todos os setores da sociedade (BRASIL, 2006).

O GAPB faz parte da responsabilidade do governo brasileiro em melhorar os perfis nutricionais e epidemiológicos atuais e, cumpre um papel essencial na prevenção das doenças causadas por deficiências nutricionais, no reforço da resistência orgânica a doenças infecciosas e na redução da incidência de DCNT, por meio da alimentação saudável (BRASIL, 2006).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. et al. Da alimentação à gastronomia. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005. 102 p.

BATISTA FILHO, M. et al. Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2.ed. rev. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Estudo de Caso Brasil: a integração das ações de alimentação e nutrição nos planos de desenvolvimento nacional para o alcance das metas do milênio no contexto do direito humano à alimentação adequada. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar da População Brasileira: Promovendo a alimentação saudável. Ministério da Saúde, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria MS nº 687, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção da Saúde. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de março de 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e da Gestão. Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil/Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2006b.

BUSS P.M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. Cad Saúde Pública. 1999; 15(2):177-85.

MENEZES, V.C.R.A. O conhecimento de profissionais de saúde que atuam na rede de atenção básica do Distrito Federal sobre os atributos conceituais de promoção a alimentação saudável propostos pelo Guia Alimentar da População Brasileira. Recife, 2011.

PINHEIRO, A.R.O. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.29, n. 70, p.125 – 139, mai/ago.2005.

SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Rev. Nutr., Campinas, 18(5): 681-692, set./out., 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global strategy on diet, physical activity and health: fifty-seventh World Health Assembly Wha 57.17. 22 May 2004.